



# PERNAMBUCO NO ULTRAMAR PORTUGUÊS: JOÃO FERNANDES VIERIA EM ANGOLA, 1658 A 1661

LEANDRO NASCIMENTO DE SOUZA<sup>1</sup>

## RESUMO

João Fernandes Vieira teve seus bens aumentados com as graças portuguesas, tornando-se o mais rico dos colonos de sua época. Dos cargos de poder solicitados como mercês pela “expulsão holandesa”, Portugal lhe concedeu o governo de Angola por três anos. Como governador, realizou medidas que pudessem lhe interessar, ou seja, beneficiar a produção açucareira, a qual dependia dos escravos africanos. Por esse motivo, seu governo em Angola foi bastante conveniente, pois suas medidas restauraram e expandiram o comércio bipolar entre os portos de Luanda e Recife. Para tanto, os militares pernambucanos vão ser muito úteis, pois já tinham experiência em batalhas no ultramar. Nosso objetivo e justificativa dessa pesquisa é dar uma história atlântica para Pernambuco, analisar como as experiências dos pernambucanos influenciaram o trato negreiro português, levando em consideração os vários conflitos de poder que houve na região, pelos diferentes interesses dos envolvidos nessa história.

**Palavras-chave:** Governos Ultramarinos, Conflitos de Poder, Reconquista portuguesa

## ABSTRACT

João Fernandes Vieira had their goods increased with the portuguese thanks, and thus become the richest of the settlers of its time. Of The positions of power as requested by the das mercês "expulsion dutch", Portugal it has received the government of Angola for three years. As governor, has done measures that could be of interest to you, that is to say, to benefit the sugar production, which depended on the african slaves. For this reason, his government in Angola was quite convenient, because its measures have restored and expanded the trade between the ports of Luanda and Recife. For both, the military pernambucano will be very useful, because it has already had experience in battles overseas. Our objective and background of this research is to give a history atlantic to Pernambuco, analyze how the experiences of pernambucano influenced the tract portuguese slave, taking into account the various conflicts of power that there was in the region, by different interests of those involved in this story.

**Key Words:** Governments Overseas Conflicts of Power, Reconquista Portuguese.

## INTRODUÇÃO

No início da ocupação portuguesa na África, a estratégia era usar o máximo de exploração econômica com o mínimo de ocupação territorial, com feitorias e fortalezas localizadas em pontos importantes na costa africana. Portugal manteve seu negócio negreiro,

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal de Pernambuco, bolsista da CAPES. Email: nassoza@hotmail.com.



no século XVI e primeira metade do século XVII, negociando com os Sobas<sup>2</sup>, através dos Pumbeiros<sup>3</sup>, realizando várias alianças comerciais com tribos africanas. Com a união Ibérica iniciada em 1580, esse tipo de negociação não sofreu muitas mudanças, como explica Eduardo de Oliveira França “A exploração do Império pela burguesia portuguesa se fez, sobretudo, clandestinamente, graças ao tráfico de escravos que por meio dos asientos e das licenças lhe concedia a Coroa espanhola”<sup>4</sup>. Nessas condições, o trato negreiro era feito de forma indireta, o tráfico de escravos dependia de terceiros para que o sistema continuasse ativo, inclusive dos próprios africanos fornecedores de escravos para os asientistas<sup>5</sup>. Essa situação “confortável” se modificou com as invasões holandesas no Norte brasileiro em 1630, controlando a produção açucareira, e posteriormente a invasão da costa africana iniciada em 1637, controlando o fornecimento de escravos. A perda das colônias foi um dos motivos para a restauração portuguesa de 1640<sup>6</sup>. As colônias portuguesas foram reconquistadas com iniciativas dos próprios colonos, tanto no Brasil<sup>7</sup> quanto em Angola<sup>8</sup>.

Com a retomada de Angola em 1648, Portugal teve outro desafio, recuperar o trato negreiro. Com pouco território e pequenas alianças realizadas, Portugal enfrentou uma grande concorrência mercantil, o Reino do Congo<sup>9</sup>. Aliado dos holandeses, o Congo havia feito alianças comerciais e militares com uma grande parte dos Sobas, muitas vezes pela força, invadindo territórios portugueses, aprisionando escravos e influenciando a África Central com um sentimento antilusitano e de desprestígio da Coroa Portuguesa. A posição de Portugal com relação a essa situação foi de extrema cautela, pois havia um alto risco de outras invasões na

---

<sup>2</sup> Chefes tribais da África Central.

<sup>3</sup> Agentes na sua maioria formados por mestiços. Os pumbeiros trabalhavam negociando com os grandes chefes, sobas ou militares portugueses. Durante um tempo, internavam-se no interior de Angola, trocavam os escravos por tecidos, vinho e objetos de quinquilharias, voltando com uma centena de escravos para serem negociados com os asientistas no litoral africano.

<sup>4</sup> FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. **Portugal na época da restauração**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p 384.

<sup>5</sup> Licenças ou concessões vendidas pela Espanha a negociantes de escravos na África Central, na sua maioria de famílias portuguesas.

<sup>6</sup> Regresso de Portugal à sua independência em relação a Castela, depois de sessenta anos de regime de monarquia dualista (1580-1640) em que as coroas dos dois países couberam ambas a Filipe II, Filipe III e Filipe IV de Castela. Um grupo de conspiradores da nobreza aclamou o duque de Bragança como Rei de Portugal, com o título de D. João IV, iniciando a Dinastia de Bragança. Mas a paz definitiva só veio com o assinatura do tratado com a Espanha em 1668.

<sup>7</sup> Sobre a restauração do norte brasileiro ver: MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. São Paulo: Editora 34, 2007.

<sup>8</sup> Sobre a reconquista de Angola ver: BOXER, Charles R. **Salvador de Sá: e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1973.

<sup>9</sup> Portugal inicia em 1483 um processo de aculturação no Reino do Congo, logo houve uma cristianização e criação de uma aristocracia formada pelo trato negreiro. Essa aristocracia passou de aliado a rival de Portugal, pois desejava acabar com os intermediários no tráfico de escravos para o novo mundo. Esse entrave vai perdurar até a conquista do Reino comandada por André Vidal de Negreiros em 1665. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2000, p 70 a 74.



costa africana e no Brasil, além de que, o Reino ainda estava em conflito com a Espanha e a Holanda, logo não poderia realizar investidas no interior africano e enfraquecer as defesas das outras regiões. Mas, como expõe Alencastro “*Angola sustenta o Brasil, o qual sustenta Portugal*”<sup>10</sup>. Essa importância do trato negreiro para a produção açucareira na América portuguesa, fez com que os governadores luso-brasileiros em Angola investissem na expansão territorial no sertão africano. No governo de Salvador de Sá, de 1648 a 1652, como o Norte brasileiro ainda estava sob domínio batavo, houve uma ampliação no tráfico negreiro no eixo Sul do Brasil, sobretudo o Rio de Janeiro. No governo de João Fernandes Vieira, 1658-1661, é que foram colocadas em prática as mudanças estruturais necessárias para retomar o controle e prestígio português na África, ampliando o tráfico de escravos no Atlântico português, sobretudo no eixo entre Pernambuco e Angola.

## CONFLITOS LUSO-HOLANDESES NO ATLÂNTICO SUL

Um dos grandes conflitos do século XVII foi a luta entre portugueses e holandeses pelos domínios globais, ou seja, a tomada das colônias lusas pelos batavos e a retomada de parte dos territórios pelos lusitanos. Esse conflito tomou uma grande proporção ao se estender pelo Ultramar, atingindo a América, a África e a Ásia. Dessa forma temos um conflito intercontinental, ou como expõe o historiador inglês Charles Boxer:

“Quando os holandeses passaram à ofensiva em sua Guerra dos Oitenta Anos pela independência contra a Espanha, no final do século XVI, foi nas possessões portuguesas mais do que nas espanholas que se concentraram seus ataques mais pesados e persistentes. Uma vez que as colônias espanholas estavam espalhadas pelo mundo todo, a luta subsequente foi travada em quatro continentes e nos sete mares; e essa conflagração seiscentista merece muito mais ser chamada de Primeira Guerra Mundial do que a carnificina de 1914-8, a que geralmente se atribui essa honra duvidosa.”<sup>11</sup>

Esse conflito transformou o império português na segunda metade do século XVII, a perda das colônias asiáticas fez com que Portugal começasse a priorizar a América e sua produção açucareira, abastecida pela mão-de-obra escrava africana. Para a análise desse conflito, tivemos que verificar sua complexidade, os acontecimentos que levaram a essa disputa pelos lucros de um sistema comercial ultramarino. A União Ibérica, a independência dos Países Baixos frente a Espanha, como também a restauração portuguesa, fizeram parte do contexto do conflito.

<sup>10</sup> Idem: p 247.

<sup>11</sup> BOXER, Charles. **O império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das letras, 2002, p 120.





Em 1578, o rei de Portugal, D. Sebastião, morreu na batalha de Alcácer-Quibir, no atual Marrocos, em luta contra os mouros. Com a morte do rei, que não tinha descendentes, o trono de Portugal foi ocupado pelo seu tio-avô, o velho Cardeal D. Henrique, que, no entanto, faleceu em 1580. Com sua morte, extinguiu-se a dinastia de Avis, que se encontrava no trono desde 1385, com a ascensão de D. João I. Vários pretendentes se candidataram então ao trono vago: D. Catarina, duquesa de Bragança, D. Antônio, Prior do Crato e, também, Felipe II, rei da Espanha, que descendia, pelo lado materno, em linha direta, do rei D. Manuel, o Venturoso. De acordo com Boxer:

“Ao assumir a Coroa portuguesa em 1580, Filipe II não encontrou mais do que uma resistência simbólica, a não ser na ilha Terceira (nos Açores), onde os espanhóis tiveram que organizar uma grande invasão. A maioria da nobreza portuguesa e do alto clero era a favor da união. O povo e muitos dos membros do baixo clero opunham-se tacitamente a ela, mas estavam desorganizados, desanimados e sem líder depois do desastre de Alcácer-Quibir, que mais tarde desorganizou a economia do país devido à necessidade de pagar os resgates de milhares de cativos capturados pelos mouros.”<sup>12</sup>

Em 1581, Felipe II, I de Portugal, tornou-se rei das duas coroas. No entanto, os portugueses procuraram resguardar certas prerrogativas em relação às suas colônias, apresentando uma lista de exigências ao novo rei, o que deu origem, em 1581, ao Juramento de Tomar. Por meio deste documento, Felipe II assumia uma série de compromissos com o povo português, entre os quais a manutenção da exclusividade de navios portugueses no comércio colonial, a permanência de funcionários portugueses no plano administrativo; o respeito às leis e aos costumes, bem como o compromisso da preservação da língua portuguesa. Além disso, a principal cláusula de compromisso reportava-se à colônia, vetando aos espanhóis a possibilidade de intromissão nos negócios portugueses com suas possessões de além-mar.

Antes da União Ibérica, Portugal havia adotado uma política internacional muito prudente, evitando, tanto quanto possível, atritos, realizando um investimento em alianças político-econômicas, principalmente com a Holanda, grande parceiro comercial. Essa situação foi modificada com a sua anexação pela Espanha, já que Portugal herdou, todos os numerosos inimigos dos espanhóis, sobretudo os holandeses. Essa situação pode ter acelerado um conflito que mais cedo ou mais tarde poderia surgir, pois como explica Boxer:

“Os portugueses queixaram-se, posteriormente, de que a união de sua Coroa com a de Castela era a única razão pelo qual seus domínios ultramarinos foram atacados pelos holandeses e, em menor escala, pelos ingleses, no século XVI. Essas reclamações, embora bastantes naturais, não eram

---

<sup>12</sup> BOXER: 2002, p 122.

exatamente justas. Já em meados do século XVI, os ingleses contestavam a pretensão portuguesa ao monopólio do comércio da Guiné, e não há dúvida de que as duas nações marítimas protestantes teriam, de qualquer maneira, entrando em conflito com Portugal por causa da ambição deste de ser o único senhor dos mares a leste do cabo da Boa Esperança.”<sup>13</sup>

Essa afirmação de Boxer é bem possível, pois mesmo com a restauração portuguesa de 1640, com a separação e início de uma guerra Lusa-espanhola, a Holanda continua sua luta pelas possessões portuguesas no ultramar. Inclusive a sua paz com a Espanha, em 1648, é realizada primeiro do que o tratado de paz com os portugueses em 1663.

Uma das medidas adotadas por Filipe II de Espanha, em represália a emancipação dos Países Baixos, foi a proibição do comércio espanhol, e português, com os seus portos, o que afetava diretamente o comércio do açúcar da América portuguesa, onde os neerlandeses eram tradicionais investidores na agro-manufatura açucareira e onde possuíam pesadas inversões de capital. Diante dessa restrição, os holandeses voltaram-se para o comércio das especiarias no oceano Índico, vindo a constituir a Companhia das Índias Orientais, em 1602, que passava a ter o monopólio do comércio oriental, o que garantia a lucratividade da empresa. O êxito dessa experiência levou os batavos à fundação da Companhia das Índias Ocidentais, em 1621, a quem os Estados Gerais, seu órgão político supremo, concederam o monopólio da produção açucareira na América, e do tráfico e comércio de escravos na África.

Sob o poder de Filipe III, havia tornado-se insuportável a União Ibérica para os portugueses, acontecimentos como: nomeação de nobres espanhóis para lugares de chefia militar em Portugal; convocação de portugueses para a guerra da Catalunha; lançamento de novos impostos sem a autorização das Cortes. Um grande desrespeito ao juramento de Tomar. Isto enquanto a população empobrecia, os burgueses estavam afectados nos seus interesses comerciais, e o Império Português era ameaçado por ingleses e holandeses.

Em 12 de Outubro, em casa de D. Antão de Almada, hoje Palácio da Independência, reuniram-se D. Miguel de Almeida, Francisco de Melo e seu irmão Jorge de Melo, Pedro de Mendonça Furtado, António de Saldanha e João Pinto Ribeiro. Decidiu-se então convocar o Duque de Bragança para que este assumisse o seu dever de defesa da autonomia portuguesa, assumindo a Coroa de Portugal. No dia 1 de Dezembro de 1640, eclodiu por fim em Lisboa a revolta, imediatamente apoiada por muitas comunidades urbanas e concelhos rurais de todo o país, levando à instauração no trono de Portugal da Casa de Bragança, dando o poder reinante a D. João IV. O esforço nacional foi mantido durante vinte e oito anos, com o qual foi possível sustentar as sucessivas tentativas de invasão dos exércitos espanhóis e assinando o

---

<sup>13</sup> Idem.



tratado de paz definitivo em 1668. Esses anos foram bem sucedidos devido à conjugação de diversas vertentes como das revoltas na Catalunha, os esforços diplomáticos da Inglaterra, França, Holanda e Roma, a reorganização do exército português, a reconstrução de fortalezas e a consolidação política e administrativa.<sup>14</sup>

As invasões holandesas na África tiveram início em 1598, contra São Tomé e Príncipe, tiveram alguns fracassos como as duas tentativas mal sucedidas de tomar os postos da ilha de Moçambique, em 1607 e 1608. E apesar de terem se fixado na Costa do Ouro, em Mouri, já em 1612, tiveram uma grande derrota na tentativa de tomar São Jorge da Mina em 1625, como explica Luis Felipe de Alencastro *“Neste mesmo ano de 1625, nas praias de São Jorge da Mina, atarantados pelo calor, 450 soldados da WIC foram degolados por cinquenta portugueses e novecentos akã. O revés diminuirá o ímpeto holandês na África.”*<sup>15</sup>

Na América portuguesa, houve a tentativa fracassada dos holandeses se estabelecerem em Salvador, em 1624, onde foram expulsos em 1625. A nova ofensiva flamenga, desta vez em Pernambuco em 1630, houve um melhor resultado. A resistência, liderada por Matias de Albuquerque, concentrou-se no Arraial do Bom Jesus, nos arredores de Recife. Através de táticas indígenas de combate, campanha de guerrilhas, confinou o invasor às fortificações no perímetro urbano de Olinda e seu porto, Recife. Com a queda da Paraíba, em 1634, do Arraial do Bom Jesus e do cabo de Santo Agostinho, em 1635, as forças comandadas por Matias de Albuquerque entraram em colapso e se viram forçadas a recuar na direção do rio São Francisco. Com a chegada do Conde Maurício de Nassau para a administração do “Brasil-holandês”, em 1637, a situação de Portugal ficou mais complicada, pois o Conde soube lidar bem com a situação, realizando uma política de reconciliação com os colonos portugueses. No período da restauração portuguesa de 1640 e o tratado de Haia, em 1641, que relatava uma trégua de dez anos entre Portugal e Holanda, Nassau se mostrou muito sagaz realizando invasões a outras regiões das possessões portuguesas como mostra Evaldo Cabral de Mello:

“Com a trégua, Nassau ficara com as mãos livres para terminar a obra de conquista das possessões portuguesas no Nordeste e em Angola, antecipando-se à entrada em vigor do acordo luso-neerlandês que se finalizava em Haia, mas cuja comunicação oficial só alcançará o Brasil holandês em julho de 1642. Antes mesmo de receber as correspondentes instruções da W.I.C. que lhe recomendavam, aliás, atacar a Bahia, ele fez ocupar Sergipe, praticamente despovoado em decorrência de anos de guerra. Nos últimos dias de maio de 1641, levantara âncora no Recife a armada que ocupará, entre agosto e fevereiro do ano seguinte, São Paulo de Luanda, Benguela, as ilhas de São Tomé e Ano Bom e Axim, na costa de

<sup>14</sup> FRANÇA: 1997, p 261-272.

<sup>15</sup> ALENCASTRO: 2000, p 209.



Guiné. Finalmente, São Luiz do Maranhão foi anexada aos domínios brasileiros da companhia.”<sup>16</sup>

Nesse momento temos as várias negociações portuguesas para a retomada dos territórios que foram perdidos para os Países Baixos. Paralelamente, os colonos da América portuguesa vão agir, pois o Sul do Brasil, sobretudo o Rio de Janeiro, ficou sem abastecimento de mão-de-obra escrava vinda da África-central, a qual o tráfico era monopolizado pelos batavos. Logo, em 1648, uma expedição saída do Rio de Janeiro e comandada por Salvador de Sá e Benevides vai recuperar São Paulo de Luanda. E a partir de 1645, tem início a revolta dos colonos em Pernambuco, conquistando a vitória em 1654 com a retirada dos Holandeses. Assim, enquanto Portugal negociava, os colonos agiam e confrontavam os batavos, oferecendo mais subsídios para as negociações. E mesmo que o desfecho das negociações tenha envolvido uma aliança com a Inglaterra, e Portugal tenha assumido uma grande dívida para ter suas colônias de volta, podemos dizer que as atitudes dos colonos tanto na África como em Pernambuco foram de fundamental importância para a devolução dos territórios perdidos pelos holandeses no Brasil e África. E em 1663, com o tratado de paz, podemos dizer que o resultado da guerra mudou a atuação dos portugueses no ultramar priorizando o açúcar na América e o tráfico de escravos na África, ou como diz Boxer: *“Podemos dizer que o resultado final foi equilibrado: uma vitória para os holandeses na Ásia, um empate na África Ocidental e uma vitória para os portugueses no Brasil”*<sup>17</sup>. Na África, onde ocorreu o “empate” os holandeses ficaram com a posse das primeiras possessões portuguesas na Costa do Ouro, e Portugal ficou com o controle das regiões de Angola, Benguela e São Tomé e Príncipe.

## **VIEIRA: DE CAIXEIRO A GOVERNADOR**

No período anterior ao da invasão holandesa em Pernambuco, no ano de 1630, temos informações bastante confusas e duvidosas sobre a vida de João Fernandes Vieira, desde o seu nascimento, sua ascendência e sua vinda para a capitania de Pernambuco. O que podemos afirmar é que ele nasceu na ilha da Madeira, próximo ao ano de 1610, cujo o pai seria Francisco de Ornelas Muniz, e sua mãe uma negra ou mulata de condição humilde. Francisco de Ornelas, o filho, adotou o nome João Fernandes Vieira na vinda para a capitania de

<sup>16</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **Negócio de Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p 49-51.

<sup>17</sup> BOXER: 2002, p 124.

Pernambuco aos 10 ou 11 anos de idade, aproximadamente em 1620. E que suas principais funções na chegada estariam ligadas ao ofício de “caixeiro” no comércio de Recife e Olinda.<sup>18</sup>

Participou como voluntário, ao lado das forças de Matias de Albuquerque, na resistência às invasões holandesas na capitania de Pernambuco, em 1630. A partir da queda do Arraial do Bom Jesus e do Cabo de Santo Agostinho, em 1635, ele, como muitos outros portugueses do período, vai tentar tirar proveito da situação e prestar serviços de informação das coisas do Brasil para os batavos. Ganhando confiança de alguns holandeses, começa a trabalhar para um comerciante e senhor de engenho judeu neerlandês, Jacob Stachhouwer, pessoa ligada à Companhia das Índias Ocidentais. Em 1638, Stachhouwer regressa a Holanda e deixa Vieira como seu procurador para a administração dos seus três engenhos e negócios diversos. No convívio e no trato com os invasores, adquiriu mais confiança e pôde oferecer seus serviços a outros batavos de grande poder, e paralelamente começou a fazer seus próprios negócios, acumulando propriedades. Em 1639, Vieira já era uma pessoa importante na sociedade pernambucana, tendo sido indicado para o cargo de escabino, membro da Câmara Municipal de Olinda. Posteriormente, foi escabino da cidade Maurícia de julho de 1641 a junho de 1642, sendo reconduzido, no exercício de 1642 a 1643. Em 1643, casou-se com Maria César, filha do madeirense Francisco Berenguer de Andrada e de Joana de Albuquerque, descendente de Jerônimo de Albuquerque. Com o casamento, João Fernandes Vieira ingressou definitivamente na aristocracia rural pernambucana.<sup>19</sup>

Ao contrário de Gaspar Dias Ferreira que se aliou totalmente aos holandeses e renegou Portugal, Vieira manteve um vínculo com a Coroa portuguesa, principalmente pela fé católica, sobretudo pós a restauração de 1640, como explica José Antonio Gonçalves de Mello:

“Pessoa de confiança do governo holandês e seu colaborador e conselheiro em assuntos brasileiros, nem por isso Vieira se descuidou de dispor a seu favor a maioria dos conterrâneos, através do seu prestígio econômico que, com exceção do lisboeta Jorge Homem Pinto, na Paraíba, ninguém dispunha igual no Nordeste, através da sua liberalidade para com igrejas, confrarias, padres, frades e patrícios necessitados, através da sua participação constante na vida social da comunidade luso-brasileira e, também, para os mais ciosos da nobiliarquia, do seu ingresso pelo casamento, na nobreza da terra.”<sup>20</sup>

Um dos motivos de Vieira ter aderido a restauração portuguesa em Pernambuco foi a questão religiosa, principalmente com a saída de Nassau do governo, a tolerância batava

<sup>18</sup> MELLO, José Antônio Gonçalves de. **João Fernandes Vieira**: Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p 11-31.

<sup>19</sup> MELLO: 2000, p 35-64.

<sup>20</sup> Idem: p 71.



calvinista com relação ao catolicismo foi rompida, além da grande proximidade dos judeus, favorecidos pelo governo. Mas o que realmente o fez ser um dos líderes do movimento, foi a crise das dívidas perante a companhia, WIC, pois com a saída de Nassau, a companhia começou a cobrar as dívidas de uma forma mais violenta e sem negociações, causando um grande mau estar entre a aristocracia rural. E a política holandesa estava voltada para a classe burguesa urbana, e apesar de ter negócios no comércio do Recife, Vieira tinha feito um grande investimento no agro-negócio açucareiro, por tanto a administração portuguesa lhe era mais vantajosa.<sup>21</sup>

Feitas as articulações entre os senhores de engenho portugueses e o governo geral na Bahia, tem início o conflito em 1645. Inicialmente Vieira assumiu patentes não oficiais como o de “governador da Guerra da Liberdade Divina” repartido com Antonio Cavalcante, como também o de “Capitão-mor”, passando a ter a patente de “Mestre de Campo”<sup>22</sup> oficialmente em outubro de 1645, formando um triunvirato com Martins Soares Moreno e André Vidal de Negreiros absorvendo o poder civil e militar, posteriormente passando a liderança do movimento para o general Francisco Barreto de Menezes.

Os colonos que lutaram na restauração pernambucana sentiram-se no direito de ter privilégios. E Portugal ofereceu, dentro das suas possibilidades, honrarias aos restauradores, pois a Coroa tinha a desconfiança de que o não cumprimento das suas exigências poderia causar um descontentamento, e conseqüentemente, a emancipação de regiões coloniais, visto a popularidade dos líderes da restauração. Então, D. João IV, manifestou sua gratidão através de concessões de comendas, terras, foros, títulos de nobreza, patentes militares e pensões para aqueles que tiveram destaque na recuperação da Capitania.<sup>23</sup>

O sentimento de orgulho foi muito grande entre os restauradores pernambucanos, e os critérios de recompensa Real não foram bem aceitos, principalmente entre os líderes do movimento, pois além dos títulos e honrarias, eles queriam cargos de poder. Várias cartas são enviadas ao conselho ultramarino, replicando e insistindo em mercês mais honrosas. Com muita astúcia a Coroa portuguesa concedeu mais privilégios aos que lhe pareciam mais leais, causando certa inveja entre os restauradores. Em troca de recompensas mais generosas João Fernandes Vieira tornara-se leal vassalo, e os favorecimentos da Coroa lhe dera uma visão

---

<sup>21</sup> Idem: p 114.

<sup>22</sup> Mestre-de-campo é equivalente a coronel de infantaria, tem a jurisdição civil e criminal do seu terço com apelação ao general. BLUTEAU, Pe. Raphael. **Vocabulário português e latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Edição fac-símile, CD-ROM, Rio de Janeiro: UERJ, 2000, p 457.

<sup>23</sup> ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos**: aspectos da administração colonial. Recife: Editora universitária da UFPE, 1997, p 51.

maior por conquistas e poderes políticos e militares. Um grande exemplo disso são os seus pedidos para cargos de governos no ultramar lusitano, como explica a historiadora Vera Lúcia Costa Acioli:

“Pretendiam os restauradores muito mais. João Fernandes Vieira, por exemplo, nos seus papéis de serviço pedira um dos governos do ultramar, a saber, o de Pernambuco, vitaliciamente, ou do Maranhão por 9 anos, ou de Angola por 6; e ainda, o título de conde e o posto de almirante do estado do Brasil. Os títulos lhe foram negados pela Coroa, provavelmente receosa de que por se constituir líder de seu grupo, representasse séria ameaça à dominação portuguesa. Dos cargos requeridos foi-lhe concedida a última opção, o governo de Angola por 3 anos. No Brasil, enquanto esperava a vacância deste cargo, ofereceu-lhe D. João IV o governo da Paraíba”<sup>24</sup>

Talvez o fato de que Vieira tenha sido eleito governador de Pernambuco, em eleição feita pelo povo, nobreza e clero, e gente da guerra de Pernambuco, tenha se tornado uma usurpação ao poder real, ocasionando em uma desconfiança por parte da Coroa portuguesa, fazendo com que ela ocupasse os postos-chaves por pessoas de extrema confiança, ou pelo menos as que oferecessem menos perigo à estabilidade da Coroa.

O governo da Paraíba era de baixa honraria, mas Vieira soube tirar proveito, pois tinha negócios nessa região. De grosso modo a governança de Vieira na Paraíba estava voltada para os preparativos e estratégias do seu governo em Angola. Onde a importância era maior, principalmente para os colonos da América portuguesa, como explica a historiadora Mafalda Soares da Cunha:

“Tem mesmo chegado a dizer-se que o Brasil sem Angola não sobreviveria. Será isso que explica o sobressalto dos colonos do Brasil e a sua decisão de sair em defesa do território angolano, mas também a posterior escolha por parte da Monarquia de governantes já experimentados nas guerras contra os holandeses no Nordeste brasileiro”<sup>25</sup>

## POLÍTICA IMPERIAL: GOVERNOS LOCAIS

Há uma grande discussão a respeito de que tipo de centralidade política Portugal usava em seu Reino. Quais os critérios na escolha dos governadores e na tomada de decisões? para o historiador português Antonio Manuel Hespanha a administração portuguesa era:

“Um sistema feito de uma constelação imensa de relações pactadas, de arranjos e troca entre indivíduos, entre instituições, mesmo de diferente hierarquia, mesmo quando um teoricamente pudesse mandar sobre o outro.

<sup>24</sup> Idem: p 56.

<sup>25</sup> MAFALDA, Soares da Cunha. **Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)**. In: BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (org). Modos de governar: Idéias e práticas políticas no Império português séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005, p 79.

Como se, sendo o mando tão difícil de fazer valer, se preferisse o entendimento recíproco, às boas, com lucros para as duas partes.”<sup>26</sup>

Logo, uma administração de territórios tão vastos, intercontinentais, ficaria muito difícil de praticar um poder político e de direito igual para todas as regiões, por ser regiões diferentes em climas, pessoas nativas, alimentação, costumes, políticas, enfim, situações bem distintas de uma região para a outra. Como explica Russell-wood:

“Um império desta vastidão constituiu um desafio para os agentes metropolitanos de governo e para a coroa. Esse desafio foi duplo. Em primeiro lugar, foi necessário encontrar a maneira mais eficaz de afirmar e de manter o controle real sobre uma teia constituída por territórios que incluíam desde fortes a entrepostos comerciais e ilhas isoladas, até massas territoriais como o Brasil ou Angola.”<sup>27</sup>

Assim os cargos de governança, distribuídos pelo império português, tinham suas particularidades, as quais os governadores tinham certa autonomia em decisões, levando em consideração a situação local, Hespanha expõe que:

“De acordo com a doutrina da época, os governadores gozavam de um poder extraordinário, semelhante ao dos supremos chefes militares. Tal como o próprio rei, podiam derrogar o direito em vista de uma ainda mais perfeita realização da sua missão. Nos regimentos que lhes eram outorgados, estava sempre inserida a cláusula de que poderiam desobedecer às instruções régias aí dadas sempre que uma avaliação pontua do serviço real o justificasse.”<sup>28</sup>

Além de que os governadores estavam, de certa forma, distantes e isolados do poder central, os problemas locais não podiam esperar meses de viagem por uma resposta, cabendo ao governador local resolver tais embargos.

A administração das colônias portuguesas, no curso de sua expansão, estava ligada a conceder privilégios a indivíduos ou grupos que realizassem serviços em prol da Coroa. Com a União Ibérica houve uma institucionalização da governabilidade, através de instituições de controle e organização do império. Com a restauração portuguesa de 1640 e a reconquista dos territórios perdidos para os holandeses na América portuguesa e na África, a política de privilégios e bem mais viabilizada, como explica a historiadora Maria de Fátima Gouvêa:

“Dinamizava-se uma economia política de privilégios viabilizada pela concessão de mercês e privilégios dispensados tanto no Brasil – enquanto área privilegiada no interior das hierarquias espaciais do conjunto imperial –

<sup>26</sup> HEPANHA, Antonio Manuel. **Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos.** In: SOUZA, Laura de Mello. FURTADO Júnia ferreira. BICALHO, Maria Fernanda. (org). O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009, p 47.

<sup>27</sup> RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Um mundo em movimento:** os portugueses na África, Ásia e América. Lisboa: Difel, 1998, p 11.

<sup>28</sup> HESPANHA, Antonio Manuel. **A constituição do Império português.** Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. Gouvêa Maria de Fátima. (org). O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, p 174-175.



quanto aos homens inter-relacionados pelo conjunto de políticas então articulada pela Coroa e seus vassalos.”<sup>29</sup>

Em suma, para retratar a administração do império português percebemos na ação política um pluralismo, e uma redução das funções da Coroa do centro à periferia, analisando que o poder jurídico estava atrelado a tradições locais, mostrando uma flexibilidade no centro do poder real e que surge um espaço de negociação, que edifica as relações múltiplas entre a autonomia das câmaras municipais, instituições eclesiásticas ou senhoriais e o poder Real, que se beneficiava do bom andamento dos negócios coloniais. A economia política dos privilégios, institucionalizada pelas monarquias do Antigo Regime nas colônias, estava relacionada numa cadeia de negociações entre redes pessoais e institucionais do poder local e o trono metropolitano, hierarquizando os homens e o acesso aos bens imperiais. E mesmo os que historiadores que discordam dessa flexibilidade portuguesa, admitem que para o século XVII, ela é bastante coerente, como é o caso de Laura de Mello e Souza:

“Por tudo isso, parece-me que os pressupostos teóricos abraçados por Antonio Manuel Hespanha funcionam bem no estudo do seiscentos português, mas deixam a desejar quando aplicados ao contexto do Império setecentista, em geral, e das terras brasílicas em específico.”<sup>30</sup>

Levando em consideração que a nossa pesquisa se passe na segunda metade do século XVII, vemos essa flexibilidade portuguesa perante a autonomia local dos governadores servirem para as explicações dos acontecimentos do governo de João Fernandes Vieira em Angola.

## AS MEDIDAS DE JOÃO FERNANDES VIEIRA EM ANGOLA

Enriquecido pela confiança e proteção inicial dos holandeses, João Fernandes Vieira teve seus bens aumentados com as graças portuguesas, tornando-se o mais rico dos colonos de sua época, chegando a possuir 16 engenhos nas capitanias de Pernambuco e Paraíba, cerca de 2.000 escravos, além de várias outras propriedades<sup>31</sup>. Dos cargos de poder solicitados, Portugal lhe concedeu bem menos, o governo de Angola por três anos, e enquanto esperava pela vagância do cargo, assumiu o governo da Paraíba em 1655. Como governador, realizou

<sup>29</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)**. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. Gouvêa Maria de Fátima. (org). O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001, p 174-175.

<sup>30</sup> SOUZA, Laura de Mello e. **Política e administração colonial: problemas e perspectivas**. In: SOUZA, Laura de Mello. FURTADO Júnia ferreira. BICALHO, Maria Fernanda. (org). O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009, p 81.

<sup>31</sup> ACIOLI: 1997, p 55.

medidas que pudessem lhe interessar, ou seja, beneficiar a produção açucareira, a qual dependia dos escravos africanos. Por esse motivo, seu governo em Angola foi bastante conveniente, pois suas medidas restauraram e expandiram o comércio bipolar entre os portos de Luanda e Recife, enfraquecidos com o governo da Salvador de Sá em Angola, no período de 1648 a 1651, onde foi favorecido o tráfico entre Luanda e Rio de Janeiro.<sup>32</sup>

Querendo controlar o mercado de escravos, João Fernandes Vieira realiza várias medidas para fortalecer militarmente a sua administração, logo de início ele colocou gente sua para os cargos administrativos e militares, ocasionando assim uma demanda de colonos pernambucanos para gerir seu governo, principalmente os militares que lutaram na expulsão holandesa<sup>33</sup>, pois o interesse de Vieira era de expandir o território português no interior da África central, recuperar as alianças e submeter à maior ameaça, o Reino do Congo, além de tentar eliminar os intermediários no trato negreiro, pois na sua perspectiva não se negociava com nativos e sim os conquistava. Para tanto, os militares pernambucanos vão ser muito úteis, pois já tinham experiência em batalhas no ultramar. Vieira pede autorização a Coroa para transferir grande parte da artilharia tomada dos holandeses para Angola<sup>34</sup>.

Entre suas medidas, está o fortalecimento da região já controlada, como obras nos portos, ampliando seus cais, restauração e construção de fortalezas e ampliação do poderio militar. Após esse controle vai ter início a expansão territorial, várias regiões vão ser reconquistadas e outras submetidas pela primeira vez. Conquistou a região de Ambarca, conseguiu a vassalagem das terras de Libolo e Quissama, recuperou o porto de Benguela, criou rotas terrestres seguras, recuperou o rio Cuanza e o trato salineiro, além de iniciar negociações para aliança política com os guerreiros Jagas do reino de Matamba que era governado pela temida rainha Jinga.<sup>35</sup> Essas conquistas arrecadaram um grande número de escravos para o Brasil, principalmente Pernambuco. Seu interesse era criar uma rota segura entre Angola e Moçambique. Suas medidas restauraram o prestígio português que havia sido perdida no período holandês e pela influência do Reino do Congo.

Com o Reino do Congo Vieira foi mais cauteloso, usou de muita negociação, pois este Reino era reconhecido pela Santa Igreja Católica, tinha seu bispado próprio e muita influência com Roma e Madri. Nas negociações Vieira exigiu o cumprimento dos tratados anteriores e

<sup>32</sup> BOXER, Charles Ralph. **Salvador de Sá: e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1973, p 245.

<sup>33</sup> MELLO: 2000, p 330-331.

<sup>34</sup> Logo em 1656, dois anos antes do cargo, o mestre-de-campo João Fernandes Vieira requer ao conselho ultramarino 200 soldados da capitania de Pernambuco para o início do seu governo em Angola (AHU-ACL-CU-015, Cx. 7, D. 576).

<sup>35</sup> ALENCASTRO: 2000, p 286.



enquanto a resposta não vinha, atacava os vassalos fieis ao Congo. Depois de muitas ameaças de invasão ao território congolês, em 1659, Vieira consegue que o Congo cumpra parte de acordos anteriores, principalmente na liberação de um grande número de escravos para Luanda. Medida que o fez perder parte do apoio que tinha para uma invasão.

Outra medida importante de Vieira foi a denuncia do envolvimento dos jesuítas no tráfico negroiro, que tinham tornado-se menos missionários e mais materialistas. Aliou-se aos capuchinhos e acusou os jesuítas de várias irregularidades, ocasionando na sua excomunhão pela ordem da Companhia de Jesus. Essas medidas foram importantes ao ponto de um século depois o Marques de Pombal expulsar os jesuítas das colônias portuguesas.<sup>36</sup>

Com o fim do seu governo e sem seu principal objetivo conquistado, submeter o reino do Congo aos portugueses, Vieira tem a oportunidade de ter continuidade na sua política expansionista através do seu sucessor, o “compadre” André Vidal de Negreiros. Na sua chegada, em 1661, Negreiros passou alguns meses com a companhia de Vieira, onde o mesmo fez questão de lhe passar todo o planejamento expansionista.

## CONCLUSÃO

A travessia atlântica dos militares de Pernambuco para Angola se deu em um contexto bastante favorável, pois além da vontade e a coragem dos indivíduos, houve os benefícios para Portugal. As estratégias militares utilizadas em Pernambuco forneceram um grande aprendizado para a luta na África, e através disso os “prestigiados” de Pernambuco conseguiram oportunidades. As vantagens de Portugal, dos governadores e dos militares se completaram. Houve um grande interesse da Coroa portuguesa, e seu Conselho Ultramarino, no recrutamento de oficiais e soldados que estavam no Brasil para defender a colônia africana. A alta mortalidade dos soldados europeus contribuiu para a crença de que recrutas vindos do América portuguesa ou de outras regiões de clima tropical, São Tomé, por exemplo, teriam melhores condições de adaptação ao ambiente climático, alimentar e epidemiológico angolano.<sup>37</sup>

Mas, além do argumento biológico, a questão também tinha relação com o governador João Fernandes Vieira, que empregava em Angola tropas com estratégias militares que já tinham sido testadas com sucesso nos conflitos da América portuguesa, principalmente os que

---

<sup>36</sup> MELLO: 2000, p 346-349.

<sup>37</sup> ALENCASTRO: 2000, p 65-66.



lutaram na expulsão holandesa em Pernambuco. Em 1658, por exemplo, o recém-empossado Vieira criou em Luanda duas companhias formadas por soldados pernambucanos.

Fazendo uso da teoria do historiador inglês Edward Palmer Thompson, podemos analisar a sociedade colonial da segunda metade do século XVII, o “fazer-se” dos membros da sociedade na colônia portuguesa estava atrelado ao interesse dos homens e mulheres em suas ações e relações sociais. Como relação histórica, um grupo relaciona-se com outro. Os grupos se definem pela sua história e como formação social e cultural, que só adquire existência ao longo de um processo histórico que envolve as experiências dos colonos.<sup>38</sup>

A experiência permite perceber e reconhecer as ações humanas fazendo a história. Esta é feita por agentes efetivos e não uma história em que predomina estruturas sem sujeito. São as experiências cotidianas “herdadas ou partilhadas” e de lutas das pessoas que contribuem para seu “fazer-se”. Logo, os grupos não são só determinados pela posição econômica que o indivíduo assume dentro da estrutura de produção em sua sociedade. E nem precisam de um guia para pensar por eles, pois sua experiência e interesse próprio são fundamentais para o seu “fazer-se” em um grupo ou em outro. *“A consciência dos grupos são formados como essas experiências são tratadas em termos culturais encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”*.<sup>39</sup>

As experiências dos militares pernambucanos sejam oficiais, soldados ou recrutas, enquanto sujeitos históricos e agindo em prol de uma ascensão social, são de fundamental importância para a compreensão dos fatos ocorridos em Angola e em Pernambuco nos anos de 1658 a 1661, pois foi através do seu “fazer-se” que militares brancos e negros em Pernambuco tiveram suas vidas alteradas pelas lutas em território angolano, modificando assim a história do tráfico de escravos desse período, participando como “sujeitos da história”, na consolidação do Império ultramarino português.

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos**: Aspectos da administração colonial, Pernambuco - século XVII. Recife: Editora universitária da UFPE, 1997.

---

<sup>38</sup> THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, 223.

<sup>39</sup> THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa I**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e terra, 1987, p 10.



ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

BLUTEAU, Pe. Raphael. **Vocabulário português e latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Edição fac-símile, CD-ROM, Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

BOXER, Charles Ralph. **Salvador de Sá: e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686**. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1973.

\_\_\_\_\_. **O império marítimo português, 1415-1825**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. **Portugal na época da restauração**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)**. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. Gouvêa Maria de Fátima. (org). O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

HEPANHA, Antonio Manuel. **Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos**. In: SOUZA, Laura de Mello. FURTADO Júnia ferreira. BICALHO, Maria Fernanda. (org). O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009.

\_\_\_\_\_. **A constituição do Império português**. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. Gouvêa Maria de Fátima. (org). O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

MAFALDA, Soares da Cunha. **Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)**. In: BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (org). Modos de governar: Idéias e práticas políticas no Império português séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

\_\_\_\_\_. **Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. São Paulo: Editora 34, 2007.

\_\_\_\_\_. **Rubro Veio: O imaginário da restauração pernambucana**. São Paulo: Alameda, 2008.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **João Fernandes Vieira: Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América**. Lisboa: Difel, 2006.



SOUZA, Laura de Mello e. **Política e administração colonial**: problemas e perspectivas. In: SOUZA, Laura de Mello. FURTADO Júnia ferreira. BICALHO, Maria Fernanda. (org). O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009.

THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operaria inglesa I**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e terra, 1987.

